

Exportações agrícolas e desindustrialização: uma contribuição ao debate

Maria Auxiliadora de Carvalho

Pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola

César Roberto Leite da Silva

Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola e Professor da PUC - SP

Resumo: O trabalho visa contribuir para o debate sobre desindustrialização no Brasil, atribuído à apreciação cambial, que para vários autores, decorre do aumento das exportações agrícolas. Do emprego do método *constant market share* sobre informações de comércio exterior da FAO, para o período 1991-2003, chegou-se à conclusão que a exportação agrícola brasileira cresceu mais que o potencial, resultado de aumento expressivo da competitividade. Depois da mudança cambial, em 1999, parte da competitividade foi neutralizada pelo aumento da participação na pauta de produtos com demanda mundial em declínio. Da decomposição do valor exportado prevaleceu o efeito do aumento da quantidade, fato mais evidente depois da mudança cambial, porque o efeito preço foi negativo. Mesmo descontando o efeito da depreciação real do câmbio, a mudança nos preços internacionais foi desfavorável à agricultura brasileira. O efeito flexibilidade da pauta, negativo em todo o período, indica grande participação de produtos em desacordo com a lei geral da oferta, fato mais grave no período recente, quando a maior parte dos produtos com aumento do volume exportado estava com preço em baixa no mercado internacional. O declínio da exportação de manufaturados e o maior crescimento do comércio de produtos básicos indica tendência à desindustrialização do agronegócio.

Palavras-chave: exportação agrícola, desindustrialização, *constant market share*

Abstract: This paper aims to contribute to the Brazilian deindustrialization debate, attributed to exchange appreciation that, for several authors, is the agricultural export increase effect. Constant market share method applied on FAO export data, for the 1991 to 2003 period, indicates that Brazilian agricultural export increased more than the potential rate, due to expressive competitiveness gains. After the exchange regime change, in 1999, the competitiveness increase was partly neutralized by growth share of products whose world demand was in decline. Exports value decomposition showed that the volume effect predominates, fact more evident after the flotation exchange adoption, when the price effect was negative. Even discounting the real exchange depreciation effect, the international prices change was unfavourable to the Brazilian agriculture. The flexibility effect negative sign during all the period indicates great participation of products in disagreement with the offer law, fact worsened recently, when most of the products whose exports increased in volume had falling prices in the international market. The manufactured export decline and the largest basic products trade growth indicated a tendency to agribusiness deindustrialization.

Key-words: agricultural export, deindustrialization, constant market share

Área 10: Economia Agrícola e Meio Ambiente

JEL: Q17

Exportações agrícolas e desindustrialização: uma contribuição ao debate

1. Introdução

A expressão “doença holandesa” foi cunhada para expressar a perda relativa de competitividade da indústria holandesa devida à apreciação do florim que se seguiu à descoberta e exploração de grandes jazidas do gás natural na década de 1960. A mudança dos preços relativos levou a Holanda a passar por uma etapa de desindustrialização, processo também designado maldição dos recursos naturais.

Para PALMA (2005), na década de 1990, essa doença “... também se espalhou para alguns países latino-americanos; mas a questão central neste caso é que ela não foi originada pela descoberta de recursos naturais ... mas sim principalmente devido a uma drástica mudança no seu regime de política econômica. Basicamente, ela resultou de um processo drástico de liberalização comercial e financeira no contexto de um processo radical de mudança institucional...” (PALMA, 2005, p. 20).

O autor acrescenta que o Brasil e os três países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), que eram os países latino-americanos mais industrializados, depois de suas reformas econômicas passaram a apresentar os níveis mais altos de desindustrialização¹. “O fim das políticas industriais e comerciais, aliado às mudanças nos preços relativos, nas taxas de câmbio efetivas, na estrutura institucional das economias, na estrutura dos direitos de propriedade e nos incentivos de mercado em geral levaram esses países de volta a sua posição Ricardiana “natural”, isto é, aquela mais de acordo com sua dotação tradicional de recursos” (PALMA, 2005, p. 21).

Essa posição Ricardiana “natural” explica boa parte do sucesso do agronegócio brasileiro pós-liberalização comercial fazendo com que, mesmo nas fases de apreciação real da taxa de câmbio doméstica, o setor seja capaz de gerar superávits comerciais expressivos.

Dos superávits agrícolas o Brasil evoluiu para superávits em conta-corrente e ingresso de capitais suficientes para provocar a valorização da moeda local. Pela teoria econômica, num regime de câmbio flutuante espera-se que a moeda valorizada estimule importações de bens e serviços e iniba exportações, de forma que a maior demanda por moeda estrangeira deprecie a moeda local. Na prática isto não aconteceu, e o país continua apresentando superávits, a despeito do câmbio valorizado.

Aqueles ramos da atividade industrial, inaptos para enfrentar a concorrência internacional com câmbio valorizado, vêm perdendo participação na economia e provocando questionamentos sobre a desindustrialização do país. A busca de explicação para esses acontecimentos colocou a agricultura no centro do debate. Para muitos analistas a grandeza da competitividade agrícola é a maior causa da apreciação cambial e, conseqüentemente, da propagação da doença holandesa na economia brasileira.

Nos últimos meses a temática da doença holandesa e desindustrialização permeou o debate econômico no Brasil. O processo está em curso e a proposta deste trabalho é somar uma pequena contribuição. Se a agricultura vem condicionando a dinâmica econômica do Brasil no período recente, inclusive com influência marcante sobre a taxa de câmbio, cabe investigar com mais apuro os determinantes de seu desempenho. Para isso foi empregado o

¹ Trabalho da CEPAL (2002) sobre o desenvolvimento e globalização já trazia a conclusão que, da América Latina e Caribe, o Brasil e os três países do Cone Sul apresentaram maior grau de desindustrialização após as reformas liberalizantes.

método denominado “constant market share” sobre as estatísticas de exportação agrícola do período 1991-2003.

O emprego do método foi realizado em duas etapas. A primeira para analisar a taxa de crescimento do valor das exportações e identificar a influência do crescimento do comércio mundial, da composição da pauta e da competitividade da agricultura brasileira.

A segunda etapa segmenta o valor das exportações em seus componentes preço e quantidade para conhecer a influência de cada uma dessas variáveis sobre o desempenho das exportações. Nessa etapa se obtém também o efeito flexibilidade, que reflete as mudanças ocorridas na distribuição da pauta agrícola.

2. Rumo à Maldição dos Recursos Naturais

“A década do agronegócio”. Essa foi a expressão empregada por NEVES (2004) em artigo que exalta a competência adquirida, a tecnologia, a abundância de recursos e coloca um conjunto de desafios que o setor agrícola brasileiro ainda teria que enfrentar para permanecer na trajetória de crescimento que caracterizou os dez anos anteriores².

GASQUES, et al (2004) analisaram um conjunto de indicadores que os levou a concluir que “O agronegócio é claramente um caso de sucesso do país. Sua competitividade internacional é patente em muitas culturas; a produtividade da agropecuária avança, revelada pelo aumento da produção sem correspondente aumento da área plantada; desbrava-se a fronteira agrícola dando perspectiva às regiões do cerrado do Centro-Oeste, e alcançando a área do meio-oeste” (GASQUES et al. 2004, p. 35).

Na mesma linha JANK et. al (2005) afirmaram: “A importância do agronegócio brasileiro, que coloca o país entre as nações mais competitivas do mundo na produção de commodities agroindustriais, com enorme potencial de expansão horizontal e vertical da oferta, é o resultado de uma combinação de fatores, entre eles principalmente investimentos em tecnologia e pesquisa, que levaram ao aumento exponencial da produtividade. Mas outras variáveis tiveram um peso importante na configuração do setor na atualidade, entre elas a redução da intervenção do governo com a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a estabilização da economia após o Plano Real” (JANK et. al, 2005, p. 16).

Esses são apenas exemplos que refletem o entusiasmo pelo desempenho do setor agrícola após a liberalização comercial da década de 1990. Mas o que pode ser considerado bom para o setor será também válido para o conjunto da economia? Em outros termos, não estaríamos diante de um caso de falácia da composição?

Há quem pense que a economia brasileira esteja numa trajetória de risco, por consequência da própria liberalização comercial que impulsionou o setor agrícola a esse desempenho tido como espetacular. Nessa interpretação, a realocação de recursos que sucedeu a abertura levou ao processo de desindustrialização das economias pouco desenvolvidas, cuja indústria ainda era insipiente e, portanto, incapaz de enfrentar a concorrência internacional.

Esse alerta levou à reabertura do debate sobre o desenvolvimento, que esteve ausente do discurso econômico durante a longa hegemonia do pensamento neoliberal. Nesse período, sob influência das instituições financeiras internacionais, o mundo passou por uma fase de

² O vocábulo “agronegócio” foi datado na década de 1990 e reflete a percepção das profundas mudanças porque vinha passando a agricultura brasileira, em particular pela maior crescimento em relação ao restante da economia.

crença generalizada nas forças do mercado como promotoras da melhor alocação de recursos. No plano das trocas internacionais, a liberalização comercial e financeira era considerada melhor alternativa para alcançar os objetivos de crescimento, diversificação da produção e da exportação, bem como para reduzir as diferenças de nível de desenvolvimento entre países.

Para a América Latina, em particular, a liberalização era considerada fundamental para reparar os danos decorrentes da implementação do modelo de substituição de importações. O argumento é que a mudança na estrutura de incentivos levaria ao aumento e diversificação da produção, mas também à melhoria de produtividade devido à importação de tecnologia através das trocas comerciais.

A realidade mostrou que a adoção das reformas liberalizantes preconizadas trouxe resultados desapontadores para a maior parte dos países. O crescimento econômico esperado não aconteceu, o desemprego aumentou em muitos países, a proporção dos investimentos na renda caiu, apesar do aumento do investimento direto estrangeiro³. Além disso, aconteceu o que é chamado de desindustrialização prematura.

A experiência histórica mostra que o desenvolvimento econômico é um processo que leva a grandes mudanças na estrutura de emprego. Na fase inicial, devido ao aumento da produtividade na agricultura, a mão-de-obra desse setor começa a ser liberada, e é absorvida principalmente pela indústria, o que caracteriza a fase da industrialização da economia. A participação do emprego industrial cresce até atingir determinado patamar e depois passa a cair. É a etapa de desindustrialização natural, em que o declínio da participação da indústria é acompanhado pelo crescimento do setor terciário e implica melhoria do padrão de vida da sociedade⁴.

As mudanças na participação de cada setor no nível de emprego estão relacionadas à correspondente participação do valor adicionado no produto nacional. A desindustrialização é prematura quando há um declínio precoce da relação entre o valor adicionado no setor manufatureiro e o Produto Nacional Bruto (PNB). Os indicadores de SHAF AEDDIN (2005) mostram que isso aconteceu na América Latina e na África, com exceção daquelas indústrias que já tinham alcançado estágio avançado de maturidade⁵. O autor acrescenta que em alguns países em desenvolvimento esse processo foi agravado pelo boom de preços de determinadas commodities, como o caso do petróleo na década de 1970 e começo da de 1990.

Maldição dos recursos naturais é outra forma de referência à doença holandesa, e recebeu este nome porque reflete um paradoxo. A riqueza em recursos naturais, que em princípio é uma bênção, pode inibir ou estancar o desenvolvimento da indústria, com implicações desastrosas sobre o nível de emprego. “A Holanda, depois de sua descoberta de gás e petróleo, viu-se vitimada por crescente desemprego e incapacitação da força-de-trabalho... Quando o câmbio dispara, devido a uma explosão no crescimento dos recursos naturais, os países não conseguem exportar artigos de sua indústria de transformação ou

³ SHAF AEDDIN (1995) argumenta que os investimentos diretos estrangeiros podem não resultar em aumento da capacidade de produção se forem destinados para aquisição de ativos existentes. Diz que isso aconteceu principalmente na América Latina onde “...the attraction of FDI has been accompanied by crowding out of investment by national entrepreneurs” (SHAF AEDDIN, 2005, p. 14)

⁴ Segundo PALMA (2005) “O ponto de partida dessa abordagem para a desindustrialização é o U invertido desenvolvido por Rowthorn (1994), que ... definiu a desindustrialização como o declínio no emprego industrial que acontece quando países atingem um certo nível de renda per capita”. O U invertido reflete a participação do emprego industrial ao longo do processo de desenvolvimento.

⁵ “It is due to the re-orientation of the production structure of the economy from import substitution strategies towards production on the basis of static comparative advantage due to trade liberalization” (SHAF AEDDIN, 2005, p. 17).

mercadorias agrícolas, e os produtores domésticos não podem competir com a enxurrada de importações” (STIGLITZ, 2004).

Bresser Pereira considera que no Brasil atual a doença holandesa não tem tanta gravidade como na Venezuela ou Arábia Saudita porque o país não é grande exportador de petróleo. “Mas, como possui recursos naturais abundantes, que possibilitam a produção agrícola e agroindústria a custos baixos, o problema da maldição dos recursos naturais não pode ser subestimado” (BRESSER PEREIRA, 2005a).

A ligação entre exportações agrícolas, câmbio e desempenho da indústria não é novidade no Brasil. Todo o ciclo do café foi marcado por alternâncias entre surtos de industrialização e retrocessos associados ao desempenho do produto no comércio exterior. Os surtos aconteciam em decorrência da subordinação da indústria ao comportamento das exportações: a baixa do preço do café no mercado internacional resultava em crise cambial, dificuldade de importação e estímulo ao desenvolvimento industrial. A fase de alta gerava ingresso maciço de divisas, apreciação da moeda local e arrefecimento do ritmo de crescimento da indústria, mas também facilitava a importação de máquinas e equipamentos que iam instrumentalizar a indústria na fase subsequente. Novidade é empregar as expressões “maldição dos recursos naturais” e “doença holandesa” para definir esses surtos industriais que antecederam a década de 1930, como fez BRESSER PEREIRA (2005b.).

A discussão desse problema, que se restringia ao meio acadêmico, transbordou para a mídia brasileira, a partir do segundo semestre de 2005, devido ao recrudescimento da apreciação cambial. Além de buscar explicação para a persistência dos superávits comerciais, o debate denota a preocupação com o futuro do país. Parece que aquilo que era tido como sucesso até outro dia, passou a ser visto como entrave. RICUPERO (2005), por exemplo, argumenta que os superávits produzidos pelos produtos primários “criaram a falsa sensação de segurança” e que a desindustrialização se origina na política econômica.

BARROS (2005) considera que nos casos antigos de doença holandesa o natural ajuste da economia fazia com que as taxas de juros caíssem abaixo das do mercado internacional. Na atualidade o componente especulativo amplifica o efeito dos superávits comerciais sobre a taxa de câmbio, criando uma armadilha nova para as nações exportadoras de recursos naturais. Acrescenta que o Brasil enfrenta ainda o agravante de combinar superávits comerciais com taxas de juros estratosféricas.

PASTORE e PINOTTI (2006) consideram que “A valorização do real seria inevitável mesmo com taxas domésticas de juros muito mais baixas, em razão do choque externo que vem valorizando inexoravelmente o câmbio real.” Para eles, o choque externo provém do aumento dos preços internacionais das commodities e das importações mundiais, fatos que elevaram as exportações brasileiras gerando superávits e valorização a moeda.

O que todas essas contribuições mostraram é a preocupação com a perda de importância relativa da indústria, que se dá ao mesmo tempo em que o agronegócio cresce. Embora a maior parte das análises seja recente, motivada pelo agravamento deste problema, o processo começou há bastante tempo⁶. Pesquisa do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), desenvolvida para investigar a desindustrialização no Brasil, constatou que o início da queda da participação da indústria aconteceu já na década de 1980, resultado do esforço de estabilização diante do processo inflacionário.

⁶ GONÇALVES (2000) foi um dos que introduziu o debate no Brasil. Denominou “reprimarização” ao resultado da maior participação da agricultura no comércio exterior brasileiro o que, para ele, significou uma inserção regressiva do Brasil no sistema mundial de comércio.

Para o IEDI (2005) a desindustrialização é relativa e a razão dessa qualificação é que o processo foi parcial: atingiu os têxteis, material elétrico e eletrônico, ramos tradicionais da indústria brasileira, enquanto aumentou a especialização da indústria brasileira em setores intensivos em recursos naturais. Conclui que “o dinamismo industrial vem dependendo nos últimos anos de um menor número de atividades industriais. Este poderá ser considerado um sintoma de “desindustrialização relativa” no período recente” (IEDI, 2005, p. 13”).

Conclusões semelhantes às do IEDI resultaram do trabalho de SHAFEAEDDIN (2005) para quem os programas de ajuste estrutural aplicados nas economias da América Latina, tiveram como objetivo aumentar a eficiência, promover o crescimento e, à medida que indústrias ineficientes desaparecessem, naturalmente serem substituídas pelas eficientes. Na prática, o processo de maturação de muitas indústrias foi interrompido bruscamente e a indústria que vem surgindo é centrada nos recursos naturais abundantes em cada país.

2. Metodologia e Base Empírica

O modelo constant market share (CMS) foi utilizado para identificar alguns fatores determinantes do valor das exportações agrícolas brasileiras. A aplicação do modelo foi feita em duas etapas.

2.1. Análise das mudanças nos preços e quantidades exportadas

Seja X_{it} o valor total das exportações do país i em determinado período t :

$$X_{it} = \sum_{j=1}^n P_{ijt} \cdot Q_{ijt}$$

onde: P_{ijt} = preço do produto j exportado pelo país i no período final t

Q_{ijt} = quantidade do produto j exportada pelo país i no período final t

No período inicial (0) o valor total das exportações é:

$$X_{i0} = \sum_{j=1}^n P_{ij0} \cdot Q_{ij0}$$

O crescimento ocorrido no valor exportado entre o período inicial e final (ΔX_i^0) é:

$$\Delta X_i^0 = \sum_{j=1}^n P_{ijt} \cdot Q_{ijt} - \sum_{j=1}^n P_{ij0} \cdot Q_{ij0}$$

A mudança no valor depende das alterações no preço, no volume das exportações e na flexibilidade da pauta, efeitos que podem ser estimados pela seguinte expressão:

$$\Delta X_i^0 = (X_{it}^P - X_{i0}) + (X_{it}^Q - X_{i0}) + \{X_{it} - [(X_{it}^P - X_{i0}) + (X_{it}^Q - X_{i0})]\}$$

onde: $X_{it}^P = \sum_{j=1}^n P_{ijt} \cdot Q_{ij0}$

$$X_{it}^Q = \sum_{j=1}^n P_{ij0} \cdot Q_{ijt}$$

$$(X_{it}^P - X_{i0}) = \text{efeito preço}$$

$$(X_{it}^O - X_{i0}) = \text{efeito quantidade}$$

$$\{X_{it} - [(X_{it}^P - X_{i0}) + (X_{it}^O - X_{i0})]\} = \text{efeito flexibilidade da pauta}$$

O efeito flexibilidade da pauta é obtido por resíduo e, quando apresenta sinal positivo significa que predominam produtos em que o preço varia na mesma direção da quantidade. Sinal negativo indica predomínio de produtos cuja quantidade exportada cresce a despeito de queda no preço e vice-versa.

2.2. Análise da competitividade

Nesta etapa a idéia é decompor a diferença entre o crescimento ocorrido nas exportações do país i e o crescimento potencial, entendido como o crescimento que teria ocorrido se as exportações de i tivessem o mesmo crescimento das importações mundiais.

Seja M_{w0} e M_{wt} o valor total das importações mundiais no período inicial e final:

$$M_{w0} = \sum_{j=1}^n M_{wj0} \quad \text{e} \quad M_{wt} = \sum_{j=1}^n M_{wjt}$$

Seja m o crescimento das importações mundiais entre o período inicial e final.

$$m = \frac{M_{wjt}}{M_{wj0}} - 1$$

Então o crescimento potencial das exportações de i (ΔX_i^P) é dado por:

$$\Delta X_i^P = m \sum_{j=1}^n X_{ij0}$$

Se $\Delta X_i^O = \Delta X_i^P$, então o país manteve seu market-share no mercado internacional. Se $\Delta X_i^O \neq \Delta X_i^P$, a diferença pode ser decomposta conforme segue:

$$\Delta X_i^O - \Delta X_i^P = \sum_{j=1}^n (m_j - m) X_{ij0} + \sum_{j=1}^n (X_{ijt} - X_{ij0} - m_j X_{ij0})$$

onde: $m_j =$ crescimento das importações mundiais do produto j

$$\sum_{j=1}^n (m_j - m) X_{ij0} = \text{efeito composição da pauta de exportação}$$

$$\sum_{j=1}^n (X_{ijt} - X_{ij0} - m_j X_{ij0}) = \text{efeito competitividade}$$

O crescimento das exportações acima do crescimento potencial pode ser devido à concentração das exportações em produtos cuja demanda mundial esteja em expansão (efeito positivo da composição da pauta de exportação) e/ou ao aumento do *market-share* do país no mercado internacional (efeito positivo da competitividade).

2.3. Base empírica

A análise foi feita sobre o valor das exportações agrícolas brasileiras, tendo a FAO como fonte de informações para o período 1991-2003 (FAOSTAT, 2005). O modelo CMS foi aplicado sobre as médias dos seguintes triênios: 1991-93, 1996-98 e 2001-03. Foram considerados todos os produtos pertencentes à pauta agrícola da FAO que o Brasil registrou alguma exportação nos triênios considerados. A base de dados da FAO registra 617 produtos agrícolas dos quais o Brasil registrou exportação de 390 deles.

3. Discussão dos Resultados

Este trabalho analisa o período 1991-2003, que sucedeu à liberalização comercial da economia brasileira, subdividido em duas etapas tendo a mudança do regime cambial como referência. O confronto das médias dos triênios 1991-93 e 1996-98 visa analisar o desempenho das exportações agrícolas antes da mudança cambial. O cotejo de 1996-98 e 2001-2003 investiga o período posterior a essa mudança.

Para manter a participação no comércio agrícola mundial inalterada as exportações brasileiras precisariam crescer 3,0% a.a. entre o primeiro e último triênios da série analisada (crescimento potencial). Na realidade o crescimento ocorrido foi bem maior que isso (7,2% a.a.) e a diferença pode ser explicada por mudanças na composição da pauta ou na competitividade do país no mercado internacional. Observe-se que, medida em dólares, a diferença totaliza cerca de US\$ 6,0 bilhões, mas o efeito composição da pauta mostrou-se relativamente irrisório (US\$ 261 milhões). Isso significa que o grande sucesso da agricultura brasileira no mercado internacional foi devido basicamente à melhoria da competitividade: os restantes US\$ 5,7 bilhões dos US\$ 6,0 bilhões de diferença entre o crescimento ocorrido nas exportações agrícolas e o crescimento potencial (tabela 1).

Tabela 1. Fontes de crescimento das exportações agrícolas, Brasil, 1991-2003

	1991-93 a 1996-98		1996-98 a 2001-03		1991-93 a 2001-03	
	US\$ milhão	% a.a.	US\$ milhão	% a.a.	US\$ milhão	% a.a.
Crescimento ocorrido	6.253	11,2	2.766	3,4	9.019	7,2
Crescimento potencial	2.929	5,8	182	0,2	3.071	3,0
Diferença	3.324	5,4	2.584	3,2	5.947	4,2
- Efeito composição da pauta	1.293	2,1	-1.297	-1,6	261	0,2
- Efeito competitividade	2.031	3,3	3.881	4,8	5.687	4,0

Fontes de dados básicos: FAOSTAT

A análise por subperíodo mostra maior ritmo de crescimento das exportações agrícolas antes da mudança cambial, quando a taxa de câmbio se encontrava bastante valorizada. Nesse período as exportações brasileiras cresceram 11,2% a.a. enquanto as importações mundiais desses produtos cresciam 5,8% a.a. Em termos monetários, o crescimento ocorrido (US\$ 6.253 milhões) foi mais que o dobro do potencial (US\$2.929 milhões).

Parte da diferença (US\$ 1.293 milhões) resultou de mudanças na composição da pauta de exportação brasileira, com aumento da participação de produtos cuja demanda mundial

estava em crescimento. A outra parte (US\$ 2.031 milhões) resultou de ganhos de competitividade do país no cenário internacional. O aumento de competitividade se deu à taxa média anual de 3,3% e a melhoria da composição da pauta de exportação à taxa de 2,1% a.a., efeitos que somados resultam nos 5,4% a.a., diferença entre o crescimento ocorrido e o potencial.

Entre os triênios 1996-98 e 2001-03 o ritmo de crescimento das exportações agrícolas brasileiras arrefeceu, passando para 3,4% a.a. Por um lado esse desempenho pode ser entendido como um grande sucesso, dado que a taxa anual de crescimento das importações agrícolas mundiais foi de apenas 0,2%: para manter a participação no mercado agrícola mundial, bastaria aumentar as exportações em US\$ 182 milhões, mas o Brasil registrou crescimento de US\$ 2.766 bilhões, com aumento de competitividade à taxa de 4,8% a.a. Por outro lado, o sucesso é relativo uma vez que a composição da pauta apresentou efeito negativo (-1,6% a.a.), o que significa aumentar o *market-share* do país em produtos com demanda mundial cadente. É a chamada situação de vulnerabilidade, no dizer de FAJNZYLBER (1991)⁷.

O modelo CMS mostrou que a agricultura brasileira aumentou a competitividade a partir da década de 1990. Por que o Brasil tornou-se mais competitivo? O próprio modelo CMS também pode contribuir para responder a esta questão segmentando a variação no valor das exportações nos efeitos: preço, quantidade e flexibilidade da pauta.

Os resultados mostram que antes da mudança do regime cambial, quando a taxa de câmbio encontrava-se significativamente apreciada, os 11,2% a.a. de crescimento das exportações agrícolas foram resultado dos efeitos de alta dos preços (6,9% a.a.), de aumento da quantidade exportada (6,0% a.a.), descontado o efeito flexibilidade da pauta (-1,8% a.a.). Este efeito é obtido por diferença e, quando negativo, indica a concentração em produtos cujos preços variaram em direção inversa às quantidades (tabela 2).

Tabela 2. Componentes da variação média anual do valor das exportações agrícolas, medido em dólar, Brasil, 1991-2003

(em porcentagem)					
Inicial	Final	Preço	Quantidade	Flexibilidade	Total
1991-93	1996-98	6,9	6,0	-1,8	11,2
1996-98	2001-03	-7,3	12,2	-1,5	3,4
1991-93	2001-03	-0,5	9,0	-1,3	7,2

Fontes de dados básicos: FAOSTAT

A observação direta dos números mostra que nesse período, dos 390 produtos constantes na pauta agrícola brasileira, 49 tiveram aumento da quantidade e redução de preços, sendo que representaram apenas 1,4% do valor das exportações agrícolas de 1996-98. Na situação inversa foram encontrados 104 produtos, com participação de 25,3% no valor

⁷ Para FAJNZYLBER (1991) a posição de um país no mercado internacional é de vulnerabilidade quando aumenta sua participação no comércio de um produto cuja demanda mundial está em declínio. A aplicação do modelo de FAJNZYLBER (1991) por CARVALHO (2002), em análise do período 1988-99, mostra que quase 80% das receitas brasileiras com exportação agrícola provieram de produtos com demanda decrescente no mercado internacional, sendo 64% correspondentes à situação de vulnerabilidade. Acrescente-se que os produtos nesta situação estão entre os primeiros da pauta de exportação agrícola brasileira: café, soja em grão, açúcar, suco de laranja, fumo e carne bovina.

exportado. De onde se conclui que, na primeira parte da década de 1990, o efeito flexibilidade da pauta negativo mais se deveu aos produtos que tiveram redução da quantidade exportada, embora os preços estivessem em alta (tabela 3).

Entre os triênios 1996-98 e 2001-03 a situação foi inversa. Com preço em alta e redução da quantidade exportada foram encontrados apenas 29 produtos que contribuíram com 0,3% do valor exportado em 2001-03. Significa que os 172 produtos com preços em baixa e volume exportado em expansão, que representavam 88,1% do valor exportado no triênio final, foram determinantes do efeito flexibilidade da pauta negativo (-1,5% a.a.).

Tabela 3. Número e proporção do valor das exportações agrícolas dos produtos cuja quantidade exportada variou em direção inversa dos preços, Brasil, 1991-03

Informação	Direção	1991-93 a 1996-98		1996-98 a 2001-03		1991-93 a 2001-03	
		Número	%	Número	%	Número	%
Preço	Diminui	49	1,4	172	88,1	124	82,9
Quantidade	Aumenta						
Preço	Aumenta	104	25,3	29	0,3	48	1,0
Quantidade	Diminui						

(¹) Informação constante ou igual a zero em um dos triênios

Fontes de dados básicos: FAOSTAT

São eles também os maiores responsáveis pelos efeitos preço e quantidade. O aumento do valor exportado, à taxa média anual de 3,4% no período, decorre do predomínio do efeito quantidade (12,2% a.a.), uma vez que os outros efeitos apresentaram sinal negativo. Note-se que a contribuição do preço foi bastante expressiva, com redução à taxa média anual de 7,3%.

A análise de todo o período mostra que na composição do crescimento ocorrido na exportação (7,2% a.a.) o efeito quantidade (9,0% a.a.) prevaleceu, enquanto o efeito preço foi bem reduzido e negativo (-0,5% a.a.). Como apenas 48 produtos tiveram alta de preço e queda na quantidade o efeito flexibilidade da pauta desfavorável (-1,3% a.a.) decorre dos 124 produtos que, a despeito da redução nos preços, o Brasil aumentou suas exportações: 82,9% do valor exportado procedem de produtos nessa situação.

A subdivisão da pauta agrícola nos grupamentos básico, semimanufaturado e manufaturado mostra efeito flexibilidade negativo para todos eles entre os triênios analisados⁸. Predominaram, portanto, em todos os casos, produtos cuja quantidade exportada variou em sentido inverso do preço. A diferença é que, entre 1991-93 e 1996-98, quando os preços estavam em alta, o menor efeito flexibilidade coube aos produtos básicos, -0,9% a.a., enquanto os outros dois grupos tiveram variação de cerca de -3% a.a. No período recente, de preços em baixa, houve inversão do ritmo de crescimento, sendo que os básicos passaram a apresentar o maior efeito flexibilidade: -1,6% a.a., contra -0,7% a.a. dos produtos

⁸ Na pauta agrícola constaram 390 produtos sendo 117 classificados como básicos, responsáveis por 65,8% do valor exportado no triênio 2001-03. Foram classificados como semimanufaturados e manufaturados, respectivamente, 77 e 136 produtos que responderam por 10,1% e 24,1% do valor exportado no triênio.

manufaturados. Significa que os básicos se tornaram os maiores responsáveis pelo aumento da quantidade exportada de produtos com preços em baixa no mercado internacional (tabela 4).

A diferença quanto ao efeito quantidade é ainda mais nítida. No passado o conjunto dos produtos básicos era o que apresentava menor crescimento do volume exportado, 4,5% a.a. contra 13,4% a.a. dos semimanufaturados e 7,1% a.a. dos manufaturados. Entre os triênios 1996-98 e 2001-03 o crescimento da quantidade exportada dos básicos passou a 15% a.a., apesar da redução dos preços à taxa anual de 8,1%. Semimanufaturados e manufaturados também apresentaram declínio de preço e aumento da quantidade exportada, mas com menor ritmo de crescimento, resultando em redução do valor das exportações de manufaturados à taxa anual de 0,3% e crescimento de 1,5% a.a. dos semimanufaturados. Já no caso dos básicos o crescimento foi de 5,3% a.a. O confronto desses resultados indica que a desindustrialização aconteceu também dentro do agronegócio, e se deve ao aumento do volume exportado.

Tabela 4. Componentes da variação anual do valor das exportações agrícolas por tipo de produto, Brasil, 1991-03 ⁽¹⁾

	(em porcentagem)			
	Preço	Quantidade	Flexibilidade	Total
1991 - 93 a 1996 - 98				
Básico	7,2	4,5	-0,9	10,8
Semimanufaturado	4,8	13,4	-2,8	13,4
Manufaturado	7,0	7,1	-3,0	11,1
1996 - 98 a 2001 - 03				
Básico	-8,1	15,0	-1,6	5,3
Semimanufaturado	-6,9	10,0	-1,5	1,5
Manufaturado	-5,8	6,2	-0,7	-0,3
1991-93 a 2001-03				
Básico	-1,6	9,7	-0,1	8,0
Semimanufaturado	-0,5	10,9	-3,1	7,3
Manufaturado	1,5	6,4	-2,6	5,2

⁽¹⁾ Ver classificação no anexo 1.

Fonte de dados básicos: FAOSTAT

A preponderância do efeito quantidade sobre o valor das exportações agrícolas fica mais evidente quando é decomposto o valor das exportações expresso em moeda nacional. O cálculo foi feito tomando o índice mensal da taxa de câmbio real efetiva deflacionada pelo IPA-OG e calculando a média anual da taxa de câmbio⁹. Essa experiência é útil para analisar a influência do preço, descontado o impacto das variações reais do câmbio.

⁹ O índice da taxa de câmbio efetiva real, deflacionada pelo IPA-OG, apresentou média de 108,7 para o triênio 1991-93, de 88,7 para o triênio 1986-88 e 109,7 para 2001-2003. Isso significa que entre o início e o triênio

Entre os extremos da série houve desvalorização cambial de menos de 1%, resultando em taxa anual de crescimento do valor das exportações em reais (7,2%) igual à obtida pelos cálculos em dólar. No entanto, a análise por subperíodos apresenta divergências interessantes. Entre os triênios 1991-93 e 1996-98 a valorização cambial reduziu a taxa anual de crescimento das exportações de 11,2%, quando o valor é expresso em dólar, para 6,7%, quando expresso em reais. Essa redução se deveu à valorização cambial que neutralizou boa parte do crescimento dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional: de crescimento de 7,0% a.a. em dólar, a taxa passou para 2,6% a.a. em reais (cf. tabelas 3 e 5).

Entre os triênios 1996-98 e 2001-03, apesar da depreciação real efetiva média de 23,7%, a contribuição dos preços das commodities sobre o valor exportado, em real, mostrou redução, à taxa anual de -3,3% a.a. Como o efeito da flexibilidade da pauta também apresentou resultado negativo (-1,1% a.a.), o que explica o consagrado sucesso da agricultura brasileira é o efeito quantidade, cujo crescimento se deu à taxa média anual de 12,2% a.a.

Tabela 5. Componentes da variação média anual do valor das exportações agrícolas, medido em reais, Brasil, 1991-2003 ⁽¹⁾

(em porcentagem)					
Inicial	Final	Preço	Quantidade	Flexibilidade	Total
1991-93	1996-98	2,6	6,0	-2,0	6,7
1996-98	2001-03	-3,3	12,2	-1,1	7,8
1991-93	2001-03	-0,5	9,0	-1,3	7,2

⁽¹⁾ Valor real deflacionado pelo IPA-OG

Fontes de dados básicos: FAOSTAT e IPEADATA

4. Conclusões

A liberalização comercial modificou a estrutura produtiva do Brasil e resultou em crescimento mais acelerado dos produtos obtidos com o emprego mais intensivo de recursos naturais. Alavancada pelas exportações, a agricultura cresceu bem mais que o resto da economia e, por algum tempo, seu desempenho provocou reações entusiasmadas.

A continuidade do crescimento do setor acabou por gerar preocupações, notadamente pelos efeitos sobre a taxa de câmbio. A recente notoriedade das expressões doença holandesa e maldição dos recursos naturais é resultado da extensão à realidade brasileira de conceitos antes aplicados às economias que enfrentaram desindustrialização resultante do crescimento acelerado das exportações de recursos naturais, particularmente petróleo. Argumenta-se que aos superávits agrícolas se deve a apreciação da moeda doméstica, e esta, por sua vez, inibe as exportações de produtos que não refletem as tradicionais vantagens comparativas do país, resultando em desindustrialização. A partir desse encadeamento buscamos explorar as causas do superávit agrícola no período 1991-2003.

A análise permitiu concluir que para a fase anterior à mudança do regime cambial as exportações agrícolas do Brasil cresceram bem mais que seu potencial, fato explicado pelos

1986-88 a moeda nacional teve apreciação real de 18,4%. Daí ao final, a série passou por depreciação de 23,7%. A comparação dos extremos mostra variação real do câmbio de menos de 1% (IPEADATA, 2006)

ganhos em competitividade (3,3% a.a.) somado à melhoria da composição da pauta agrícola (2,1% a.a.).

Na fase posterior, a expansão das exportações agrícolas também foi muito superior ao seu crescimento potencial, mas os ganhos de competitividade (4,8% a.a.) foram parcialmente neutralizados pela mudança desfavorável na composição da pauta (-1,6% a.a.). Esta mudança é considerada desfavorável porque implica aumento da vulnerabilidade do país, que aumentou sua participação no comércio de produtos que estão em declínio nas importações mundiais.

Os resultados mostraram também que os propalados ganhos de competitividade da agricultura brasileira são devidos, predominantemente, ao aumento da quantidade exportada. Antes da mudança do regime cambial os preços dividiam a responsabilidade pelo crescimento do valor das exportações, mas como a moeda brasileira estava sobrevalorizada, o câmbio anulava mais da metade dos ganhos para o produtor doméstico. Depois da desvalorização do câmbio parte dos ganhos de competitividade foi neutralizada pela baixa dos preços internacionais dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil. Mesmo levando em conta a desvalorização cambial do período, a contribuição dos preços na composição do valor das exportações foi negativa, ou seja, a desvalorização não foi suficiente para compensar a baixa dos preços internacionais..

Acrescente-se que em todo o período analisado a pauta agrícola brasileira mostrou grande participação de produtos em desacordo com a lei geral da oferta. É o que explica o efeito flexibilidade sempre negativo. Antes da mudança cambial, cerca de ¼ do valor das exportações procedia de produtos em que o Brasil reduzia a quantidade exportada mesmo com preços em alta. No período posterior o quadro é bem mais grave: 88,1% das exportações provieram do aumento do volume exportado de produtos em baixa no mercado externo.

A conclusão geral é que os ganhos de competitividade da agricultura brasileira foram acompanhados por piora da qualidade dessas exportações. Esse fato é mais evidente depois da mudança do regime cambial, etapa em que o Brasil avançou em volume exportado, mas sua pauta agrícola foi dominada por produtos em declínio no mercado internacional. Como o valor das exportações de produtos manufaturados de origem agrícola diminuiu, enquanto cresceu o comércio de produtos básicos, pode-se concluir que o processo de desindustrialização vitimou também o agronegócio brasileiro, que passou a concentrar a exportação em produtos com menor valor agregado.

Bibliografia Citada

BARROS, L. C. M. A “doença brasileira”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 set. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2309200508.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Maldição dos recursos naturais. _____, São Paulo, 06 jun. 2005a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0606200505.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2006.

_____. Desenvolvimento como estratégia nacional. São Paulo: FGV jul. 2005b. (Textos para discussão, 144).

CARVALHO, M. A. Comércio agrícola e vulnerabilidade externa brasileira. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 49, t. 2, p. 55-69, 2002.

CEPAL. Globalización y desarrollo. Abril, 2002. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/>>. Acesso em: 12 set. 2002.

FAJNZYLBBER, F. Inserción internacional e innovación institucional. Revista de La Cepal, Santiago de Chile, n. 44, p. 149-178, Ago. 1991.

FAOSTAT database. Disponível em <<http://faostat.fao.org/faostat/form?collection=Trade>>. Acesso em: nov. 2005.

GASQUES, J. G. Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. Brasília: IPEA, fev. 2004 (Texto para discussão, 1009).

GONÇALVES, R. O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.

IEDI. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? São Paulo, novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=77&UserActiveTemplate=iedi&infoid=1685>>. Acesso em: 13 fev. 2006.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?262759484>>. Acesso em: fev. 2006.

JANK, M. S. et al. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. Revista USP, São Paulo, n. 64, p. 14-27, dez./fev. 2004-2005.

NEVES, M. F. “A década do agronegócio”. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 jan. 2004. disponível em: <<http://www.fundacaofia.com.br/pensa/boletim/boletim07.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

PALMA, J. G. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/download/publicacoes_economia/jose_gabriel_palma.pdf>. Acesso em 09 fev. 2006.

PASTORE, A. C.; PINOTTI, M. C. Câmbio, reservas e “doença holandesa”. Valor Econômico, São Paulo, 30 jan. 2006. Disponível em: <http://www.observatorio.setrab.rj.gov.br/I_CENTRAL/artigos/artigo_300106.htm>. Acesso em: 10 fev.2006.

RICUPERO, R. A desindustrialização como projeto. Folha de S. Paulo, São Paulo, 02 out. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0210200505.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

ROWTHORN, R.; COUTTS, K. De-industrialization and the balance of payments in advanced economies. UNCTAD, May 2004. (Discussion papers, 170). Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20044_en.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2006.

SHAFIYEDDIN, S. M. Trade liberalization and economic reform in developing countries: structural change or de-industrialization? UNCTAD, Apr. 2005. (Discussion papers, 179). Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20053_en.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2006.

STIGLITZ, J. A maldição dos recursos naturais. Valor Econômico, São Paulo, 12 ago. 2004. Caderno A, p 12. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/ef/opiniaoprint.cfm?id=119932>>. Acesso em: 09 fev. 2006.

Anexo 1. Classificação dos principais produtos agrícolas e participação no valor exportado, Brasil, 1991-2003 ⁽¹⁾
(em porcentagem)

Ordem	Tipo	Item	1991-93		2001-03	
			simples	acumulado	simples	acumulado
1	Básico	Soybeans	8,27	8,27	18,82	18,82
2	Básico	Cake of Soya Beans	17,95	26,22	12,86	31,68
3	Básico	Chicken Meat	5,22	31,44	8,12	39,80
4	Semimanufaturado	Sugar (Centrifugal, Raw)	4,27	35,70	7,23	47,04
5	Básico	Coffee, Green	12,83	48,53	6,94	53,98
6	Básico	Tobacco Leaves	8,19	56,72	5,53	59,51
7	Básico	Beef and Veal, Boneless	2,75	59,47	5,00	64,50
8	Manufaturado	Sugar Refined	2,59	62,06	4,96	69,47
9	Manufaturado	Oranjice Concentrated	10,43	72,50	4,85	74,32
10	Manufaturado	Oil of Soya Beans	3,07	75,57	4,71	79,03
11	Básico	Maize	0,01	75,58	2,14	81,17
12	Básico	Pork	0,00	75,58	1,72	82,89
13	Manufaturado	Beef Preparations	3,04	78,61	1,67	84,56
14	Manufaturado	Coffee Extracts	1,97	80,58	1,16	85,71
15	Manufaturado	Food Prepared nes	0,30	80,88	1,13	86,85
16	Manufaturado	Oranjice Single-Strengt	0,01	80,89	0,91	87,76
17	Manufaturado	Cotton Lint	0,68	81,57	0,82	88,58
18	Básico	Pigmeat	0,69	82,25	0,79	89,37
19	Semimanufaturado	Cashew Nuts Shelled	1,42	83,67	0,68	90,05
20	Básico	Turkey Meat	0,29	83,96	0,67	90,72
21	Manufaturado	Sugar Confectionery	0,72	84,68	0,65	91,37
22	Semimanufaturado	Chocolate Products nes	0,44	85,12	0,47	91,84
23	Manufaturado	Essential Oils nes	0,58	85,70	0,46	92,30
24	Semimanufaturado	Cocoa Butter	1,30	86,99	0,42	92,72
25	Manufaturado	Meat Canned Chicken	0,01	87,01	0,36	93,08
26	Semimanufaturado	Fruit Pulp for Feed	1,24	88,25	0,35	93,43
27	Básico	Pepper, White/Long/Black	0,38	88,64	0,33	93,76
28	Básico	Mangoes	0,12	88,75	0,33	94,10
29	Semimanufaturado	Cocoa Powder and Cake	0,24	88,99	0,29	94,39
30	Básico	Cantaloupes&oth Melons	0,24	89,23	0,25	94,64
31	Básico	Grapes	0,11	89,34	0,22	94,86
32	Básico	Offals of Cattle, Edible	0,20	89,53	0,19	95,05
33	Manufaturado	Pastry	0,05	89,59	0,18	95,23
34	Semimanufaturado	Waxes Veg 431.43	0,36	89,95	0,17	95,39
35	Básico	Apples	0,13	90,07	0,16	95,56
36	Manufaturado	Fruit Prepared nes	0,52	90,59	0,15	95,71
37	Básico	Bananas	0,19	90,78	0,15	95,86
38	Básico	Horsemeat	0,15	90,94	0,14	95,99
39	Básico	Honey	0,00	90,94	0,13	96,13
40	Básico	Papayas	0,03	90,97	0,13	96,26
41	Básico	Mate	0,35	91,32	0,12	96,38
42	Manufaturado	Tobacco Products nes	0,10	91,42	0,12	96,50
43	Manufaturado	Oil of Cotton Seed	0,24	91,66	0,11	96,61
44	Semimanufaturado	Cocoa Paste	0,43	92,09	0,11	96,71
45	Semimanufaturado	Food Wastes	0,10	92,18	0,10	96,81
46	Manufaturado	Whole Milk, Condensed	0,01	92,19	0,09	96,91
47	Básico	Oranges	0,22	92,41	0,09	97,00
48	Manufaturado	Oils Hydrogenated	0,02	92,43	0,09	97,09
49	Manufaturado	Beverages Dist Alcoholic	0,16	92,59	0,09	97,17
50	Manufaturado	Fruit Juice nes	0,11	92,71	0,09	97,26
	Básico	Total	61,0		65,8	
	Semimanufaturado	Total	10,1		10,1	
	Manufaturado	Total	29,0		24,1	

⁽¹⁾ Classificação feita pelos autores com base em FUNCEX e SECEX

Fonte de dados básicos: FAOSTAT